

Isabella Machado Fantini¹

Os Naturalistas e a Nação: Heranças e Contribuições

Graduada em História pela UFMG
E-mail: isabellafantini@hotmail.com

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. 267 p.

Franco e Drummond discutem, na obra *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil*, como um grupo constituído por intelectuais, cientistas e funcionários públicos pensou o país sob os mais variados aspectos, inclusive no que tange à conservação do mundo natural, entre os anos 1920-1940. José Augusto Drummond graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, é professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, autor de vários artigos e livros sobre história da conservação da natureza no Brasil e uso dos recursos naturais. José Luiz de Andrade Franco possui graduação em História pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília, pesquisador colaborador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

O argumento principal dos autores é que a proteção à natureza e a tentativa de construção da nacionalidade brasileira se entrelaçaram no período em questão e justamente essa relação propiciou sucesso ao grupo no cenário político-intelectual entre os anos 1920 e 1940. Drummond e Franco procuraram compreender como o grupo de intelectuais interpretou e posicionou-se em relação às políticas públicas governamentais de cuidado com o mundo natural. Embora houvesse disparidades entre cada um dos cientistas tratados no livro, existia uma identidade comum nas concepções acerca da natureza. Na época, era recorrente a crença de que os problemas do país poderiam ser resolvidos por meio da intervenção de um Estado forte, auxiliado pela elite culta. Os intelectuais assumiram o papel de guias, motivados pela ideia de que poderiam assessorar na construção de um país diferente daquele em que viviam. Nas décadas em questão, principalmente na de 1930, intenso nacionalismo e conservadorismo político estavam presentes na maioria dos países do Ocidente, inclusive no Brasil. Neste, somava-se ainda o desejo pela modernização. Em tempos de organização burocrática e jurídico-institucional, intelectuais de várias áreas deram contribuições importantes para o futuro da nação.

Enviado em 23 de junho de 2010 e
aprovado em 13 de outubro de 2010

* Membro do grupo de pesquisa História e Natureza, coordenado pela Professora Dra. Regina Horta Duarte. Apoio: FAPEMIG/ CNPq.

O livro se inicia com um panorama ambiental sobre a época em questão e aborda assuntos como: debates entre os cientistas brasileiros e estrangeiros, as principais ideias acerca da natureza em voga na Europa e Estados Unidos, a criação de parques nacionais, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, a disputa entre conservacionistas e preservacionistas nos Estados Unidos. Os demais capítulos abarcam a vida, a obra e a herança intelectual dos quatro cientistas naturais estudados por Drummond e Franco.

Os autores, a princípio, tratam de Alberto José Sampaio, um dos maiores conhecedores da flora brasileira e um dos pioneiros do conservacionismo no país. O intelectual inovou na medida em que pensou a conservação da natureza como uma preocupação de todas as esferas e níveis governamentais, o que hoje chamamos de transversalidade. O botânico refletiu ainda sobre a necessidade de preservação do patrimônio natural, por meio da criação de parques nacionais, reservas naturais e estações biológicas.

No decorrer do livro fica claro que todos os naturalistas propuseram alternativas para o uso equilibrado dos recursos naturais, bem como meios de inserção da população marginalizada através de atividades ligadas a terra e a natureza. Neste aspecto, a argumentação de Sampaio vai de encontro às ideias disseminadas na sociedade atual de que os cientistas daquele tempo pensavam apenas nas plantas e nos animais, sendo insensíveis quanto a produção econômica e o bem estar social. O botânico procurou legitimar a proteção da natureza, inserindo-a em uma tradição iniciada com outros eruditos que o precederam, dentre eles José Bonifácio de Andrada. O projeto de Alberto Sampaio unia o homem ao meio natural e propunha um programa de “educação ambiental” para que a população se conscientizasse de que os recursos naturais não são inesgotáveis. Para o cientista, não bastava a elaboração de leis: a educação era indispensável.

Armando Magalhães Corrêa acoplou argumentos políticos, científicos, estéticos e sociais para defender a preservação da natureza no Brasil, identificando-a com a construção de uma nação forte e moderna. Em seu livro *O Sertão Carioca* (1936), o intelectual tratou das atividades produtivas da população do interior fluminense e fez sugestões conservacionistas que influenciaram as políticas governamentais. Ele inovou ao propor a conservação da natureza com a participação das populações residentes, ideia que muitos pensam ser de ambientalistas brasileiros dos anos recentes. Para Corrêa, assim como para Sampaio, o projeto de brasilidade não dissociava o homem da terra, mas era necessário que o governo investisse em educação, formação moral, conhecimentos técnicos, assistência médica e sanitária. Seu livro representou a inserção da conservação da natureza em um movimento mais amplo, que pressionava e começava a se fazer ouvir pelas autoridades do governo federal.

O zoólogo Cândido de Mello Leitão preocupou-se com a valorização do conhecimento científico e da natureza em toda a sua diversidade. Ele defendeu a necessidade de um processo civilizador que reconciliasse o homem e o mundo natural, processo no qual a ciência e o Estado teriam responsabilidades a compartilhar, sobretudo no Brasil, país que ele considerou estar em busca da construção da sua identidade nacional e do seu modelo de civilização. Assim como Sampaio e Corrêa, Mello Leitão foi professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e desenvolveu uma relação clara entre o desenvolvimento científico e o amor à natureza. Ele propôs um vínculo entre os investimentos na ciência, a valorização da natureza e a consciência da nacionalidade, tripé que sustentou seu pensamento. Justificou

a conservação da natureza a partir de três questões: interesse econômico, interesse científico e o tema ético ou moral. Tal como Sampaio, Mello Leitão defendeu a implantação de reservas e parques como garantia da perpetuação das espécies da fauna e flora. Porém, o cientista natural considerou a possibilidade do turismo nestes locais, pois percebeu a necessidade de viabilizar o crescimento econômico e social do país.

Frederico Carlos Hoenhe foi pioneiro da defesa do reflorestamento e da manutenção de *habitats* entre os cientistas brasileiros do século XX e contribuiu para a emergência de uma consciência ambientalista no Brasil. A sua abordagem combinou argumentos científicos com apelos estéticos e românticos e difundiu a percepção de que a natureza deveria desempenhar um papel importante na constituição da identidade nacional brasileira. O intelectual preocupou-se com a destruição de um patrimônio natural rico, pouco conhecido e equivocadamente explorado, sem que houvesse consciência sobre suas potencialidades. Apesar de defender a preservação, propôs o uso dos recursos naturais, pois era a favor da produção em uma modalidade que hoje chamamos de sustentável. Na esfera federal, suas ideias contribuíram para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros.

Os objetivos que os autores traçaram na introdução do livro foram cumpridos, na medida em que comprovaram, por meio de uma ampla documentação e de uma leitura minuciosa de várias obras, que existiu um sentimento de grupo por parte desses cientistas naturais. Houve uma tentativa de se elaborar um projeto de nacionalidade, comprometido com o saber científico e a valorização da natureza. Na perspectiva desses intelectuais era necessário conhecer melhor o patrimônio natural do Brasil para utilizá-lo de uma maneira racional e conservá-lo para as gerações vindouras. Porém, suas contribuições foram esquecidas a partir da década de 1940, quando um projeto estritamente desenvolvimentista, sem preocupações com a natureza, foi eleito para a nação.

O livro foi escrito em linguagem erudita, porém acessível. Para além de toda a riqueza documental e de informações históricas, a sua principal contribuição é permitir que um tema importantíssimo para os dias atuais seja acessível a um público diverso. A grande inovação de Drummond e Franco, para a História Ambiental, foi fugir de uma argumentação pautada na análise economicista. Os autores tratam o tema sob o ponto de vista político e social e evitam o determinismo. Além disso, não caem no anacronismo de atribuir àqueles homens práticas ambientais vivenciadas pela sociedade presente.

Discussões muito ricas que dialogam com os tempos atuais - já realizadas pelos quatro cientistas em questão a partir dos anos 1920 - estão inseridas na obra. Uma delas, a questão da proteção à natureza não se opor à produção e ao progresso, conceituada como desenvolvimento sustentável atualmente, tem sido bastante problematizada pela sociedade contemporânea. Da mesma maneira que na década de 1920 os intelectuais estavam se mobilizando e produzindo sentido em torno da ideia e proteção à natureza, o livro traz uma contribuição importante para o eferescente debate ambiental atual, pois os autores fazem um exercício de se voltar ao passado visando a construção de um futuro diferente.

Segundo Paul Ricoeur, sem a articulação entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa, a história é impensável. De fato, Drummond e Franco pretendem, ao apontar a luta e o debate dos naturalistas do passado, atentar para que o problema ecológico seja mais notado, difundido e incorporado pela população e pelos governos atuais do que foi anteriormente, na medida em que o futuro do patrimônio natural no Brasil continua ameaçado pelo crescimento econômico e por problemas de ordem ambiental.